

ATA DA 221ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA - 2019

Data: 30/07/2019

Local: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bertiooga - AEAAB

Início: 10h00 *Término:* 12h30

O Sr. Presidente deu início à reunião. Ausentes representantes do IBAMA e da PMB (Filipe Sofiati/João Carlos). Representantes da Fundação 10 de agosto justificaram a ausência.

O Sr. Presidente iniciou registrando e agradecendo a presença de todos, em especial, do Secretário de Planejamento de Bertiooga, Renato Losada; do Secretário de Segurança e Cidadania Estefan; do Renildo, comandante da Guarda Civil Municipal. Agradeceu também a presença do Sr. Gustavo Ermano, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, que trabalha com o conselheiro João Thiago na Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB; do Francisco, da Fundação Florestal; do Pedro Carlos, da SIMA; do Rafael, da fiscalização do CFB; do Alexandre, gestor do Projeto Litoral Sustentável; e do Marcos Donato, da Polícia Ambiental.

Foi dispensada a leitura da ata anterior pelo fato de a mesma ter sido encaminhada por email aos conselheiros que não apresentaram nenhuma observação, sendo assim aprovada por unanimidade.

PAUTA:

- 1. Projeto Litoral Sustentável:** o Sr. Gustavo da SIMA, em nome da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB agradeceu a oportunidade e falou da importância do fortalecimento das ações integradas. O Sr. Presidente informou que foram convidados para esta reunião todos os Secretários da Baixada Santista, pois é importante que todos saibam das ações que Bertiooga vem desenvolvendo. Foram convidados também o Dr. Pedro, promotor local; as promotoras do GAEMA; o Dr. Cardia, Delegado de Polícia; além de representantes do Conselho de Habitação e do Diretor de Habitação, André Santana. O Sr. Gustavo disse que este convite ressalta a importância deste momento em reforçar a integração e trabalhar pontualmente o contexto de cada convênio. O conselheiro João Thiago agradeceu o convite para apresentar este projeto e, mais uma vez, estreitar a ligação entre a SIMA e a Prefeitura e hoje reforçar a integração, apesar das deficiências. A SIMA passou por uma reestruturação no início deste ano, mas o Meio Ambiente continua encabeçando os assuntos da Infraestrutura. Lembrou que a CFB sempre participou ativamente do Conselho, que conta com canal de acesso fácil para acionamento e realização de trabalho em conjunto. Falou que a conselheira Marisa está com eles na CFB há cerca de um ano e hoje é interlocutora com a PMB para recebimento de informações e ajustes mensais do Projeto. Falou que o CFB funciona no Museu de Pesca, na Ponta da Praia, em Santos e convidou todos a conhecer o local.

O Sr. Alexandre, gestor do Plano de Monitoramento e Fiscalização Integrada de Ocupações Irregulares, junto com as Secretarias de Habitação através de convênios com os municípios da Baixada Santista, articula esforços entre Estado, Municípios e demais atores envolvidos. Falou sobre a contextualização do Projeto Litoral Sustentável e sobre o controle feito para que as áreas não voltem a se expandir. Mostrou a região de abrangência e falou da importância ambiental da vegetação nativa, que é parte do mosaico da biosfera da UNESCO. O Sr. Presidente registrou que o ofício para a FF acabou não sendo enviado e desculpou-se pelo ocorrido. O Sr. Alexandre prosseguiu falando sobre os riscos geotécnicos nas áreas, como escorregamento de encostas, erosão costeira e inundação das áreas litorâneas. Falou sobre a questão da vulnerabilidade social, onde 4 dos 5 municípios com maior vulnerabilidade social no estado de São Paulo estão na Baixada Santista. Bertioga ocupa a terceira posição. Explanou sobre os riscos socioambientais, mostrando manchetes com ocorrências desencadeadas por esse aspecto, inclusive de violência, pessoas expostas em áreas com pouca ou nenhuma atuação do Estado geram passivo de longo prazo. Mostrou o processo de formação dessas ocupações e sua dinâmica. Em São Vicente e Santos, a ocupação dos morros. Em Bertioga, Vista Linda por exemplo, o processo tem início embaixo da copa das árvores, que não é detectável por satélite, apenas pela fiscalização de campo. Prossegui explicando os aspectos da problemática: região de alta sensibilidade ambiental; pressão demográfica crescente; ocupação desordenada do território; precariedade e insalubridade das condições de moradia; vulnerabilidade social; mudanças climáticas agravando eventos extremos e desastres naturais; risco socioambiental; escassez de áreas e dificuldade na implantação de novos projetos habitacionais de interesse social. Os conselheiros e presentes discutiram algumas situações e dirimiram dúvidas. O Sr. Alexandre prosseguiu explicando que o objetivo do projeto é contribuir para a contenção da degradação do bioma Mata Atlântica decorrente da ocupação desordenada do território, especialmente em Unidades de Conservação da Natureza e entornos, por meio da integração sistematizada dos esforços das instâncias governamentais que atuam no planejamento e fiscalização ambiental. Relembrou o histórico da dinâmica dos convênios com os municípios, explicando que a atual fase teve início em março/2018 e segue até Dezembro/2020 com a implementação, execução e aprimoramento dos planos. Falou sobre o Plano de Monitoramento e Fiscalização Integrada de Ocupações Irregulares, que estabelece as ações conjuntas da Prefeitura com o Sistema Ambiental (CFA, FF, PMAmb) para conter a expansão de ocupação em áreas de risco socioambiental. Explicou que a Rede de Operações Ambientais visa articulação para Monitoramento Ambiental e Fiscalização Integrada de ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental e risco geotécnico, bem como a Integração do Sistema Ambiental Paulista com os municípios da região litorânea – Convênios de Cooperação. Mostrou o fluxograma da Rede Estadual de Operações Ambientais – ROA. Mostrou o diagnóstico de áreas de pressão: foram 84 áreas de pressão diagnosticadas nos 8 municípios conveniados (82 na Baixada Santista); Crescimento de área ocupada entre 2010 e 2016: 136 hectares; 21 áreas com alta suscetibilidade à eventos risco geotécnico;

76 áreas limítrofes ou inseridas em fragmentos de vegetação nativa ou em Área de Proteção Permanente (APP); 12 áreas inseridas dentro de Unidades de Conservação e 19 limítrofes; 35 áreas com risco alto ou muito alto de expansão. Em seguida falou sobre o Plano Integrado de Fiscalização que consiste em articulação em rede buscando coibir a expansão de ocupações em áreas de risco socioambiental; Monitoramento remoto e vistorias de campo sistematizadas; Canais de comunicação para ação imediata de contenção; Apreensão de máquinas e veículos utilizados para a degradação ambiental; Registro de eventos e consolidação em banco de dados geoespacial; Relatórios gerenciais e executivos para acompanhamento e tomada de decisão. É importante que Estado e Município estejam em contato direto. Mostrou o fluxo de trabalho e prosseguiu explicando sobre os eventos de interesse para registro no Sistema de Informação para Acesso Integrado – SIPAI, tanto de eventos consolidados (supressão de vegetação e novas construções já habitadas devem ser registradas e encaminhadas para a Central de Monitoramento) quanto eventos críticos em curso (novas construções inacabadas, supressão de vegetação em curso, presença de maquinários, etc., devem ser reportadas imediatamente de acordo com o Plano de Comunicação). Apresentou quadro mostrando os canais de comunicação direta entre as partes para atividades de monitoramento e fiscalização integrada da ROA. Dando continuidade mostrou as áreas de monitoramento e explicou como é feito o monitoramento. O conselheiro Castro falou que em relação ao Sítio São João, a área está congelada, com todos cadastrados, sob controle da fiscalização, que vem atuando firmemente e que a área está em fase de recuperação ambiental. O Sr. Alexandre encerrou mostrando quadros com a evolução das ações da Polícia ambiental e abrindo o espaço para discussão.

O Sr. Francisco, da Fundação Florestal falou que o Plano de Manejo do PERB excluiu 3 comunidades da área do parque nas tratativas da redefinição dos limites do PERB, mas que foram compensadas conforme determina a Lei. Hoje a maior pressão acontece nas Chácaras Vista Linda e Rua Futura em Boraceia.

A Sra. Maura, da comunidade Vila da Mata lembrou que a comunidade já existia antes da criação do Parque e seus moradores lutam pela preservação. Não podem ser confundidos com área de invasão. O Sr. Presidente respondeu que há núcleos consolidados e parceiros e núcleos de ocupação irregular. Conhecemos o perfil de cada um e são completamente diferentes. O Sr. Alexandre falou que é importante que a comunidade ajude a conter as ocupações irregulares.

O conselheiro Castro falou que a prefeitura vem trabalhando com firmeza e tem desenvolvido ações em todas as áreas apresentadas. Falou que Vicente de Carvalho é uma área em recuperação, onde não há mais ocupação. As Chácaras Vista Linda, junto com a Rua Futura e Rua Emílio Justo são as áreas de maior pressão em Bertioga. Há embargo judicial em 4 setores. Vista Alegre está embargado da Rodovia até as torres e foi apresentado um plano de trabalho para a área ao MP local.

O Sr. Presidente falou que esteve no CFB e conversou com o Sr. João Thiago sobre o cronograma de ações para as Chácaras Vista Linda, pois ele não tinha conhecimento dessas ações. É muito importante essa comunicação porque o resultado tem sido bastante positivo. Agradeceu também ao Sr. Valdizar, presente na reunião, pelo empenho enquanto esteve à frente da Coordenadoria de Controle de Ocupações da DOA. Falou que as ações tem sido bem-sucedidas, inclusive com retração de algumas áreas. Mostrou o cronograma com as 12 ações para o Bairro Chácaras. O objetivo é checar a viabilidade urbanística da área, estudar, entender e fazer apontamentos do que pode ou não receber a regularização fundiária. Todos os proprietários foram notificados sobre a situação de seus terrenos. O Sr. Alexandre disse que é importante para a Polícia Ambiental que o Auto de Infração seja lavrado no nome do proprietário. A conselheira Marisa perguntou se essas informações estão inseridas no sistema e o Sr. Presidente respondeu que não. O Sr. Alexandre que o sistema está em desenvolvimento, mas é um importante canal de comunicação para compartilhamento dessas informações. É preciso fazer esses ajustes e centralizar no sistema.

O Diretor de Habitação de Bertioga, Sr. André Santana falou que percebemos a importância de a comunidade estar envolvida no processo. Nas Chácaras e em Boraceia encontramos mais dificuldades. Estamos realizando um trabalho piloto na Rua 13, desenvolvendo na comunidade o sentimento de pertencimento da área. Há questão imediata de descarte de lixo a ser tratada e o CRAS das Chácaras tem sido importante parceiro. A educação é essencial para mudar essa realidade. Precisamos trabalhar especialmente as crianças.

O conselheiro Castro concluiu dizendo que em seu entendimento também é preciso trabalhar o aspecto criminal da situação, com Lei mais efetiva para a remoção e criminalização. Ressaltando que é necessária maior integração do Estado com o município para ajustar melhor as ações e a comunicação.

O conselheiro João Thiago, representante do CFB falou que para ele o que foi apresentado hoje é surpreendente. Afirmou que o CFB trabalha com 8 municípios conveniados ao Projeto e não tínhamos ciência de que Bertioga havia caminhado tanto com as próprias pernas. Parabenizou a todos pelo trabalho desenvolvido e falou que falta apenas alinhamento para que as integrações passem a ocorrer de forma eficaz. É necessária a troca de informações. Talvez organizar mensalmente operações conjuntas. Também falou da questão da polícia civil, realidade em diversas cidades, mais focada em problemas considerados por eles mais relevantes, sem perceber que o início acontece muitas vezes nas ocupações irregulares. Precisamos definir linhas de atuação mais efetivas em relação aos grupos criminosos organizados. O GAEMA é ator importante nesta questão pois há inquéritos abertos em toda a região da BS e podemos nos reunir e reiterar o pedido de ação mais efetiva da polícia civil.

O conselheiro Paulo Velzi concordou que as ações precisam ser conjuntas e que envolvem bandidos organizados, necessitando participação mais efetiva da polícia

civil para que haja sucesso. O conselheiro Castro completou que é preciso usar o código de posturas e o código municipal de construção.

O Diretor André Santana falou que precisamos entender que as pessoas que promovem as ocupações irregulares, os grileiros, são aos olhos dos que moram na comunidade as pessoas que “resolveram a vida deles”, por isso, algumas vezes há resistência na cooperação. Informou que Bertioga acaba de iniciar o geoprocessamento e assim conseguiremos especializar e concentrar as informações.

O conselheiro Paulo Velzi falou que o problema habitacional se agrava porque não resolvemos a zona de ocupação dos terrenos urbanos. A compensação ambiental é cara. Não é possível aplicar a Legislação da Mata Atlântica em loteamentos urbanos. Hoje em dia um lote na favela é mais caro do que um lote com vegetação em área urbana. O MP não entende. O Sr. Presidente falou que Bertioga é precursor em muitas coisas e precisamos trabalhar com o Estado para aprimorar a ferramenta do SIGOR.

A Sra. Maura, da Vila da Mata, perguntou se há Plano de Habitação. O Diretor André Santana respondeu que sim, está em andamento, mas não aberto a participação geral. No caso da Vila da Mata, a DH já está em contato com a FF para fazer o cadastramento e o projeto urbanístico para a área. É um caso específico, precisa consolidar. O Sr. Presidente sugeriu que esse assunto seja pauta da próxima reunião e todos concordaram.

2. Assuntos Gerais:

a. **Conselheiro Ubirajara:** apresentou-se, falou de sua experiência longa em Conselhos, queixou-se de não ser ouvido no CONDEMA. Disse que fez denúncia em abril de 2018 sobre desvio de terra em Boraceia na PMB, na SM, no MP, e até hoje não teve nenhum retorno. O Sr. Presidente respondeu que há procedimento administrativo tratando o assunto e que o próprio conselheiro pode e deve, por si, solicitar as informações diretamente na Prefeitura. O conselheiro Ubirajara cobrou também informações sobre o Ecoponto de Boraceia. O Sr. Presidente lembrou que esta questão já foi explicada em reuniões anteriores. Que o Ecoponto foi destruído e não é possível simplesmente reabri-lo. A SU vai assumir o Ecoponto, porém está com dificuldades para realizar as melhorias necessárias. A SM está tentando viabilizar o material da reforma. O conselheiro Ubirajara, então, cobrou a instalação dos tambores de lixo que ele solicitou em dezembro de 2018. A conselheira Maria José falou que, através da AMAB, o Secretário de Serviços Urbanos, Carlos Ticianeli, informou que o responsável por fornecer os tambores disse que dará resposta até o final desta semana.

b. **Conselheiro Castro:** falou que solicitará a instalação de uma câmera na rodovia no Bairro Chácaras e que pretende envolver a Associação do Bairro nas ações. Registrou a presença do Sr. Plínio Aguiar, Presidente do CAMPB, que está

desenvolvendo um projeto de ação para conscientização preventiva ambiental. Trará mais informações na próxima reunião.

O Sr. Presidente informou que encaminhou à Secretaria de Administração e Finanças memorando solicitando informações sobre o ICMS ecológico e em breve passará as informações ao conselho.

- 3. FUNESPA:** o Sr. Presidente apresentou ata da 36ª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA. Extrato do mês de junho, totalizando um saldo de R\$ 462.525,62 (quatrocentos e sessenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos). Sendo na conta Nº 65-8 R\$ 158.707,18 (cento e cinquenta e oito mil, setecentos e sete reais e dezoito centavos) e na conta aplicação Nº 14192-0 R\$ 303.818,44 (trezentos e três mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos). Não houve deliberação. Os conselheiros registraram que mais uma vez não foi trazida a conciliação bancária e solicitaram que esta ata seja apreciada na próxima reunião, após receberem a citada conciliação.

A próxima reunião foi agendada para o dia 27 de agosto de 2019. Nada mais havendo para tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Cinthia Pestana Gomes (.....), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e demais membros presentes. É parte integrante desta ata a Lista de Presença.

Bertioga, 30 de julho de 2019.

Eng.º FERNANDO ALMEIDA POYATOS

Secretário de Meio Ambiente
Presidente do CONDEMA

Wilson Roberto da Silva
CMB – titular

João Thiago Wohnrath Mele
SMA – titular

Nelson Jorge de Castro
PMB – titular

Domingos Ricardo de Oliveira Barbosa
CMB – titular

Marcos Roberto Laurenti
SESC – titular

Maria Inês Verdiani de Carvalho
AMAB – titular

Paulo Roberto Maria Velzi
AEAAB – titular

Teresa Cristina Pinho Favaretto
ONG Crescer – titular

Ubirajara Gonçalves de Lima
OSCIP Boracéia Viva – titular